



**Conferência "Segurança e Privacidade da  
Sociedade da Informação - Lições  
Aprendidas 2015"**

**16 de dezembro 9h15 - 13h00  
Fundação Portuguesa das Comunicações,  
Lisboa  
Inscrições gratuitas**



## «A privacidade é um direito dos cidadãos» conclui conferência da APDSI

### “Privacidade e Segurança na Sociedade da Informação - Lições Aprendidas 2015” decorreu na Fundação Portuguesa das Comunicações

**Lisboa, 17 de dezembro de 2015** - A APDSI realizou, a 16 de dezembro de 2015, a conferência “Privacidade e Segurança na Sociedade da Informação” na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa.

Sendo esta mais uma das temáticas a que a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação se dedica com o foco no cidadão, **Raul Mascarenhas, presidente da direção da APDSI, deixou o alerta ao cidadão comum** para não confiar cegamente nas instituições e habituar-se a dar feedback sobre como se sente nas circunstâncias em que julga que a sua privacidade e segurança estejam a ser ameaçadas por influência das novas tecnologias.

**Hélder Vasconcelos, Vogal do Conselho de Administração da ANACOM,** começou por identificar **dois problemas no quadro de 2015 a ameaçarem as garantias de privacidade na sociedade da informação.** O excesso de informação requerida ao cidadão, como por exemplo na criação de uma simples conta de gmail, e que depois é mantida em formato digital, foi um dos problemas apontados, bem como a imposição de cláusulas de renúncia de privacidade feita, regra geral, pelas mesmas entidades.

Este cenário, segundo o responsável da Autoridade Nacional de Comunicações, sai agravado pelo facto de a informação ser guardada em servidores sem garantias de segurança e, ainda, quando as empresas facultam os dados a parceiros ou recorrem a serviços de *outsourcing*: «A privacidade é um direito dos cidadãos e a sua informação não deve ser usada de forma ilegítima. Ao ser digitalizada, a informação é guardada em servidores sem garantias de segurança».



conhecimentos tecnológicos.

Com a tecnologia a alargar-se ao mercado das apps, Helder Vasconcelos mostrou a sua preocupação pelo facto de a informação estar a ser usada para fins comercial e segundo regras diferentes: «Estamos a criar uma regulação assimétrica entre os operadores tradicionais e os que fazem apps. Tem havido queixas de assimetrias na aplicação das regras. Há um trabalho a ser feito na definição de perímetros de regras simétricas e iguais para todos».

Com o foco nas necessidades específicas que o setor da banca enfrenta neste domínio, **Luís Mira Amaral, Presidente da Comissão Executiva do BancoBIC**, considera que a administração de sistemas de segurança na banca deve ser assegurada por alguém com

Ao sublinhar que a informação está exposta a três elementos fundamentais - tecnologia, pessoas e processos - Mira Amaral entende que **as políticas, normas e procedimentos de segurança da informação se devem aplicar a todos os colaboradores**, independentemente do seu vínculo profissional, através de uma política de segurança com definição e divulgação de regras de segurança. O presidente do Banco BIC é da opinião que os planos de continuidade de uma política de segurança são os mais importantes numa organização, e não propriamente os planos de emergência. «Não se trata da possibilidade de ser atacado mas sim de como se responde a esse ataque e a maior parte das vezes o perigo nem vem de fora. Já passei por uma situação em que as áreas mais afetadas na empresa foram aquelas onde os recursos humanos levavam os PCs para casa e acediam ao serviços a partir de outros locais», lembrou.

**O setor financeiro é o que está mais sujeito aos cyberataques.** Segundo a websense há mais 300% de cyberataques a bancos do que a outras instituições.

A opinião de **José Alegria, Diretor de CyberSecurity e Privacidade na MEO**, segue a mesma linha, já que entende que os maiores problemas de segurança são internos, particularmente «quando há promiscuidade no uso de serviços móveis e aplicações na cloud».

**Armazenamento, processamento e comunicação são os três passos que José Tribolet, Professor Catedrático do IST e Presidente do INESC, considera fundamentais** para se cumprir quando se pretende agir adequadamente no momento certo. «Uma organização é o que é pelas pessoas que a compõem e os recursos que lhe estão afetos. É imprescindível definir quem tem acesso a escrever e a ler na

documentação. As empresas têm que indicar quem tem autoridade para fazer o quê», entende o professor, que acrescenta que a especificação do modelo de segurança deverá ser uma característica da arquitetura da informação independente da sua concretização aplicacional e tecnológica assente no princípio de “não confiança”.

**Rodrigo Simões de Almeida, Country Manager da MARSH Portugal**, trouxe à conferência da APDSI o **resultado da primeira sondagem europeia relativamente aos riscos cibernéticos**. Nela participaram 700 empresas sendo que Portugal foi dos países que mais contribuiu para o estudo, de onde se concluiu que as empresas portuguesas são semelhantes às europeias.

64% das empresas respondeu que não tem um plano implementado para aceder a fundos de financiamento, de modo a responder quando for necessário, e 64% identificou cenários que podem afetar a empresa. O mesmo estudo revela, ainda, que 74% não estimou o impacto financeiro de um ataque cibernético, 29% receia a fuga de clientes em casa de ataque cibernético e 39% receia os ataques externos mas 30% admite que podem ser os próprios colaboradores da empresa a causarem os riscos de segurança.

As principais conclusões apontadas por Rodrigo Simões de Almeida revelam que as empresas portuguesas apesar de colocarem o risco cibernético no seu top de riscos, têm um conhecimento básico ou limitado sobre a sua exposição a este perigo e a revisão e a gestão dos riscos cibernéticos deve passar não apenas pelo Departamento de IT, mas também pelo Departamento de Gestão de Riscos e Administração.

Ainda no âmbito da governação empresarial, **Ivo Antão, Vogal do Conselho de Administração da Luz Saúde, afirma que, com as ferramentas eletrónicas, a informação sobre os doentes passou a ter «o dom da ubiquidade**. O consultório passou a ser qualquer lugar do mundo e o risco é muito grande. Que tipo de informação está a ser veiculado? Os sistemas de informação são muito importantes para a gestão de perfis».

Esta inquietação também ficou plasmada na apresentação de **Sérgio Sá, Diretor da Unidade de Negócio Estratégica da Prática de Segurança da UNISYS Portugal**. Para o especialista o aumento do número dos dispositivos móveis faz com que o roubo de dados esteja a aumentar de uma forma significativa: «Os acessos remotos não controlados têm cada vez mais probabilidade de acontecerem e os ataques a aplicações também começam a ser incidentes comuns. É necessário rever todo o modelo de segurança». De referir que, **2015 foi o ano em que começou a avaliar-se o risco das empresas e, com ele, criar negócio**.

Do Centro Nacional de Cibersegurança fica a certeza de que esta é uma área que ainda sofre debilidades. **O coordenador José Carlos Martins acredita que o problema reside no facto de não haver exercícios a serem feitos** «de forma real e efetiva» que depois não resultam em situações reais e práticas. Como solução José Carlos Martins aconselha as diferentes entidades a fazerem simulacros e treinos internos para «capacitarem as suas equipas na resposta a incidentes».

Outra área em que há debilidades a combater é na propriedade intelectual, segundo **André Marquet, Presidente da Productized e Co-fundador da Beta-i**. «Nesta área o

número de patentes é muito inferior ao da média da União Europeia; as nossas empresas não estão preparadas nem preocupadas com estas questões porque só são sustentáveis através de financiamentos.

O encontro foi organizado pelo Grupo Segurança na Sociedade da Informação (GSSI) da APDSI.



*Painel de abertura*

### **Sobre a APDSI**

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o estatuto de Instituição de Utilidade Pública e ONGD.

Para mais informações contacte:

**APDSI**

**Associação para a Promoção e Desenvolvimento  
da Sociedade da Informação**

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C - Loja A

1600-803 Lisboa

Tel.: 217 510 762

Fax: 217 570 516

E-mail: [secretariado@apdsi.pt](mailto:secretariado@apdsi.pt)

Site: <http://www.apdsi.pt>

Blogue: <http://portugal-si.blogspot.pt/>

Facebook: <http://www.facebook.com/apdsi.portugal>

Twitter: <https://twitter.com/apdsi>